

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EXERCÍCIO: 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Tendo em consideração as regras gerais definidas para esta peça no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro, as notas ao balanço e à demonstração de resultados que se apresentam, apenas se referem às situações em que existe informação que justifique a sua divulgação, encontrando-se ordenadas de acordo com as mesmas regras.

8.2.3 – Critérios de valorimetria

As imobilizações e as existências estão valorizadas de acordo com o princípio contabilístico do custo histórico.

As amortizações foram calculadas, de acordo com a Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

Quanto ao valor dos “Edifícios e outras Construções”, cumpre fazer as seguintes notas:

1. Todos os imóveis se encontram valorizados contabilisticamente de acordo com o princípio do custo histórico, considerando o custo de aquisição e/ou de produção;
2. A generalidade dos imóveis foi avaliada pela ex-Direção-Geral do Património, nos anos 2004 e 2005, dando origem a sobrevalorizações patrimoniais bastante significativas, traduzindo-se em valores patrimoniais por um lado desajustados aos valores de mercado e, por outro lado, bastante superiores ao valor de aquisição;
3. No âmbito do Programa de Gestão do Património Imobiliário Público, a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) tem vindo, desde 2009 a proceder a novas reavaliações, designadamente para efeitos de alienação e oneração de imóveis tendo em consideração os valores atuais de mercado e de acordo com metodologias mais adequadas;
4. Neste sentido, atendendo ao princípio contabilístico da prudência e ainda ao disposto nos critérios de valorimetria do POCP relativamente às imobilizações:

“Como regra geral, os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização.”, o IVV, IP não refletiu contabilisticamente os valores relativos às avaliações ocorridas, pelo que os ativos que constam do Balanço encontram-se valorizados ao custo de aquisição e/ou de produção;

5. Por outro lado, é necessário ter em consideração as decisões relativas à afetação do produto da alienação de imóveis (que terá como referência o valor apurado em avaliação promovida pela entidade competente do Ministério das Finanças), designadamente a percentagem que reverte para o serviço ou organismo proprietário, para se proceder a um enquadramento contabilístico adequado e que expresse efetivamente a imagem verdadeira, apropriada e fidedigna da posição da entidade contabilística.

8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço – Amortizações

AMORTIZAÇÕES (Euro):

31 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas				
Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar				
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
<i>Total das amortizações dos bens de domínio público</i>				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direitos				
<i>Total das amortizações de imobilizações incorpóreas</i>				
Investimentos em imóveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
<i>Total das amortizações de investimentos em imóveis</i>				
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	77.002,09	34.820,11		111.822,20
Equipamento básico	54.250,34	10.621,84		64.872,18
Equipamento de transporte	7.650,00		-655,00	6.995,00
Ferramentas e utensílios				
Equipamento administrativo	4.358.841,07	429.349,94	-2.579,72	4.785.611,29
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas				
<i>Total das amortizações de imobilizações corpóreas</i>	4.497.743,50	474.791,89	-3.234,72	4.969.300,67
Investimentos financeiros:				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras				
Títulos da dívida pública				
Outros títulos				
Fundos				
<i>Total das amortizações de investimentos financeiros</i>				
<i>Total</i>	4.497.743,50	474.791,89	-3.234,72	4.969.300,67

8.2.23 – Dívidas de cobrança duvidosa

Do montante total de dívidas de “Clientes, Contribuintes e Utentes”, 11.340.847,08 euros são considerados de cobrança duvidosa, ou seja, aproximadamente 90% do saldo da Conta de Clientes. Deste montante, 10.766.548,24 euros são referentes a dívidas de taxas e juros de mora vencidos, de 20 operadores económicos, cujos processos se encontram em cobrança coerciva através de execuções fiscais, tendo sido a provisão efetuada pela totalidade da dívida.

Relativamente ao exercício de 2012, foi regularizado em 2013, através de pagamento o montante de 24.744,04 euros, e por declaração de insolvência sem reclamação de créditos, o montante de 101.723,82 euros.

O montante de provisões para cobranças duvidosas referentes a dívidas de outros devedores ascende a 447.099,59 euros, não tendo sofrido alterações no período, o que representa cerca de 38% desse universo.

8.2.31 – Movimentos relativos a provisões acumuladas

Código das Contas	Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	Provisões para cobrança duvidosa - Clientes	10.627.605,59	839.709,35	126.467,86	11.340.847,08
292	Provisões para Riscos e Encargos	3.528.865,74	0,00	3.528.865,74	0,00
293	Provisões para cobrança duvidosa - Outros Dev.	447.099,59	0,00	0,00	447.099,59
		14.603.570,92	324.343,04	3.655.333,60	11.787.946,67

8.2.32 – Movimentos ocorridos na classe 5 – “Fundo patrimonial”

Os movimentos ocorridos nos " Fundos Próprios" estão evidenciados no mapa seguinte:

Rubricas do Balanço	Saldo inicial	Aplicação de Resultados	Resultado do período	Outros movimentos	Saldo final
Reservas Legais	5.624.246,33				5.624.246,33
Resultados Transitados	862,91	-917.012,14		3.528.865,74	2.612.716,51
Resultado do Exercício	-917.012,14	917.012,14	-414.447,79		-414.447,79
	4.708.097,10				7.822.515,05

Neste contexto, foram reconhecidos contabilisticamente nesta conta, os seguintes movimentos:

Incorporação do resultado líquido negativo do exercício de 2012, no valor de 917.012,44 euros;

Relativamente aos outros movimentos no montante de 3.528.865,74 euros há a considerar a anulação da conta 29 – Provisões para riscos e encargos, que por uma questão de prudência havia sido constituída relativamente à percentagem estimada de 15% da taxa de promoção, correspondente ao valor cobrado sobre os produtos víquicos provenientes da U.E., dada a eventual incompatibilidade que poderia resultar da entrega à Viniportugal de parte dessa taxa, para promoção dos vinhos e produtos víquicos portugueses.

8.2.33 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS 2013 (Euro)

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS	TOTAL
		SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
Existências iniciais	327.305,85		327.305,85
Compras			
Regularizações de existências	-181,57		-181,57
Existências finais	325.905,25		325.905,25
<i>Custos no exercício</i>	<u>1.219,03</u>		<u>1.219,03</u>

8.2.37 – Demonstração dos resultados financeiros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS DE 2013 (Euro):

Código das contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		Código das contas	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2013	2012			2013	2012
681	Juros suportados		11,51	781	Juros obtidos	42.035,35	48.449,58
682	Perdas em empresas filiais e associadas			782	Ganhos em empresas filiais e associadas		
683	Amortizações de investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	22.254,53	45.831,68
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alien. aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	11.021,30	10.941,67	787	Ganhos na alien. de aplicações de		
	Resultados financeiros	53.268,58	83.328,08	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	<i>Total</i>	<u>64.289,88</u>	<u>94.281,26</u>		<i>Total</i>	<u>64.289,88</u>	<u>94.281,26</u>

8.2.38 – Demonstração dos resultados extraordinários

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS DE 2013 (Euro):

Código das contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		Código das contas	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2013	2012			2013	2012
691	Transferências de capital concedidas	200.000,00	722.512,85	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	1,31	11,87	793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações		431.715,41	794	Ganhos em imobilizações	103.328,21	287.693,37
695	Multas e penalidades	300,00	75,00	795	Benefícios de penalidades contratuais		
696	Aumentos de amortizações e de provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões		
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	16.035,11	444.093,45	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	8.260,59	147.014,90
698	Outros custos e perdas extraordinários	1.957,63	267,11	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	15.441,62	-5.207,87
	Resultados extraordinários	218.294,05	1.598.675,69		Resultados extraordinários	91.263,63	1.169.175,29
	<i>Total</i>	<u>218.294,05</u>	<u>1.598.675,69</u>		<i>Total</i>	<u>218.294,05</u>	<u>1.598.675,69</u>

Foram reconhecidos contabilisticamente, os seguintes movimentos:

- Conta 691 - Transferências de capital, concedidas: Transferência a favor do IFAP o montante de 200.000,00 euros para fazer face a pagamentos aos beneficiários no âmbito do PRODER – Investimentos ligados ao setor vitivinícola;

8.2.39 – Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

A diferença que se verifica entre o saldo de disponibilidades refletido no Balanço e o saldo de disponibilidades que consta do Mapa de Fluxos de Caixa, corresponde ao saldo conjunto de fornecedores c/c, à data de 31 de Dezembro de 2013 e inclui o valor de 156.207,52 euros, relativo a despesas pagas na íntegra no período complementar da gerência de 2013, que decorreu até ao dia 7 de Janeiro de 2014, de acordo com o n.º 1

do art. 10.º do Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março (Decreto-Lei de execução orçamental para 2013). De acordo com as normas em vigor, tais pagamentos relevam para efeitos da execução orçamental de 2013.